

**ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL: UMA PONTE ENTRE CURRÍCULO ESCOLAR E
PROMOÇÃO DA SAÚDE PSÍQUICA****EMOTIONAL LITERACY: A BRIDGE BETWEEN SCHOOL CURRICULUM AND THE
PROMOTION OF MENTAL HEALTH** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-004>**Cilianne Édila Leandro de Sousa**

Mestranda em Ensino em Saúde
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO
E-mail: dra.ciliannenefro@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7421301624388108>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6465-5524>

Francisco Renato Silva Ferreira

Mestre em Ensino em Saúde
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO
E-mail: norf20@hotmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>

Maria Lusdenia Santos Silva

Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia
Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI
E-mail: marialusdenia@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/8599838967519304>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4153-1483>

Maria Deuzani da Silva Lacerda

Mestra em Educação
Universidade Aberta do Brasil - UAB
E-mail: deuzanir30@hotmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9300095603666616>

Rafaela Gonçalves Rodrigues

Especialista em Direito Penal e Criminologia
Universidade Regional do Cariri – URCA
E-mail: advocaciarafaelagoncalves@gmail.com
LATTES: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

Danila Mendes dos Santos

Especialista em Direito Penal e Criminologia
Universidade Regional do Cariri – URCA
E-mail: danila.mendes.adv@gmail.com
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8935400514019964>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6458-8328>



Jamilly Sampaio de Alencar Moreira

Especialista em Fisioterapia nas Disfunções do Assoalho Pélvico e Obstetrícia

Instituto Paiva - Cursos e Capacitações – PAIVA

E-mail: jamilly-sampaio2010@hotmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4162298459100267>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3946-0028>

Virginia Maria Oliveira Vieira

Especialista em Direito e Processo Civil

Faculdade Legale – LEGALE

E-mail: virginiamariaoliveiravieira@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5906771152127661>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9028-6776>

Ingrid Costa Cardoso

Mestranda em Educação

Universidade Regional do Cariri – URCA

E-mail: ingrid.cardoso@urca.br

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1828188355435441>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-4227-2706>

RESUMO

Este artigo analisa a alfabetização emocional como estratégia de integração entre currículo escolar e promoção da saúde psíquica, reconhecendo-a como parte essencial da formação integral do sujeito. A pesquisa, de caráter bibliográfico e abordagem qualitativa, investigou produções de educação, psicologia e saúde pública, com o intuito de articular diferentes perspectivas teóricas em torno da valorização das emoções no espaço escolar. O estudo evidenciou que práticas voltadas à alfabetização emocional fortalecem competências socioafetivas, favorecem a convivência ética e previnem transtornos mentais em crianças e adolescentes. Também se constatou que a efetivação desse processo enfrenta desafios relacionados à formação docente, às condições estruturais das escolas e à ausência de políticas públicas consistentes. Conclui-se que incorporar a alfabetização emocional ao currículo escolar constitui um caminho viável e urgente para ressignificar a prática educativa, transformando a escola em território de humanização, cuidado coletivo e emancipação social.

Palavras-chave: Alfabetização emocional; Currículo escolar; Saúde psíquica.

ABSTRACT

This article examines emotional literacy as a strategic approach to integrating school curricula and the promotion of mental health, positioning it as a central component of students' holistic development. Conducted as a bibliographic study with a qualitative perspective, the research explored contributions from education, psychology, and public health, aiming to establish theoretical connections that highlight the relevance of emotions in the educational process. The findings demonstrate that emotional literacy practices enhance socio-affective competencies, foster ethical coexistence, and prevent mental health disorders in children and adolescents. The analysis also revealed structural barriers, such as insufficient teacher training, precarious school infrastructure, and the lack of consistent public policies. It is concluded that embedding emotional literacy into the curriculum represents an urgent and viable path to reframe educational practices, transforming schools into spaces of humanization, collective care, and social emancipation.

Keywords: Emotional literacy; School curriculum; Mental health.



1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o papel da escola no século XXI ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos formais e exige uma abordagem que contemple, de modo integrado, dimensões cognitivas, sociais e emocionais. O sujeito que aprende não é apenas um repositório de informações, mas um ser histórico, social e afetivo, que carrega consigo experiências, expectativas e dores que interferem diretamente em sua capacidade de aprender e conviver. Nesse sentido, refletir sobre a alfabetização emocional como parte do currículo escolar torna-se uma exigência incontornável para qualquer projeto educacional comprometido com a formação integral.

A intensificação de fenômenos como ansiedade, depressão e conflitos interpessoais no ambiente escolar tem evidenciado a urgência de integrar práticas pedagógicas que transcendam o conteúdo disciplinar. Relatórios recentes da Organização Mundial da Saúde (2022) destacam que os transtornos mentais já figuram entre as principais causas de incapacitação da juventude, tornando-se, portanto, um problema não apenas clínico, mas também educacional. A escola, como espaço privilegiado de socialização, não pode se eximir da responsabilidade de fomentar o desenvolvimento de competências emocionais que favoreçam a resiliência e a saúde psíquica.

É necessário recordar que a própria concepção de currículo, em sua dimensão política, não se limita a uma lista de conteúdos a serem transmitidos. Sacristán (2013, p. 21) lembra que:

O currículo é, antes de tudo, uma construção social e cultural que reflete intencionalidades, valores e escolhas de uma determinada sociedade. Ele não se limita a organizar conhecimentos de forma técnica, pois está profundamente vinculado à seleção do tipo de ser humano que se deseja formar, à consolidação do modelo de sociedade que se pretende legitimar e às exclusões que acabam se perpetuando quando se silenciam dimensões fundamentais da vida escolar. Essa perspectiva permite compreender que as decisões curriculares não são neutras, mas carregadas de sentidos políticos, culturais e éticos, que moldam a experiência educativa e influenciam diretamente a formação integral dos sujeitos.

Inserir a alfabetização emocional no currículo não se limita a uma inovação didática, mas representa uma mudança de paradigma sobre a própria função da escola. Mais do que espaço de transmissão de conteúdos formais, a instituição educativa deve ser compreendida como território de construção de vínculos, de valorização das singularidades e de desenvolvimento da sensibilidade humana. Reconhecer a dimensão emocional do processo pedagógico significa admitir que a aprendizagem não ocorre de forma dissociada da afetividade, uma vez que emoções orientam comportamentos, moldam percepções e influenciam profundamente a relação do estudante com o conhecimento. Assim, a escola transforma-se em espaço de formação integral, onde o cultivo da empatia e a escuta ativa possibilitam o fortalecimento da identidade individual e coletiva, favorecendo não apenas o êxito acadêmico, mas também a promoção da saúde psíquica e da cidadania crítica.



Ao mesmo tempo, a reflexão sobre a dimensão emocional do processo educativo resgata a perspectiva freireana de que ensinar é um ato profundamente humano. Paulo Freire (2019, p. 67) sustenta que:

Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, que não pode reduzir-se a uma transferência mecânica de conteúdos. Essa intervenção, para ser libertadora, precisa ir além da simples transmissão de informações, envolvendo necessariamente a criação de condições para a produção crítica do conhecimento. Ela demanda diálogo constante, compromisso ético e, sobretudo, o reconhecimento da condição humana dos sujeitos que se educam, pois ninguém aprende isoladamente: o processo educativo acontece na relação com o outro, no exercício da escuta e na prática da liberdade, sendo, por isso mesmo, um ato profundamente político e humanizador.

A alfabetização emocional, nesse horizonte de reflexão, deixa de ocupar o lugar secundário de um simples adendo periférico e passa a constituir-se como elemento estruturante de um projeto pedagógico verdadeiramente humanizador. Sua presença no currículo não se restringe a complementar práticas tradicionais, mas redefine a própria concepção de ensino, ao colocar a formação afetiva e a saúde psíquica no mesmo patamar de relevância que os conteúdos cognitivos. Ao assumir essa centralidade, a alfabetização emocional transforma-se em eixo articulador entre conhecimento, sensibilidade e cidadania, permitindo que a escola se configure como espaço de desenvolvimento integral, no qual aprender significa também reconhecer-se como sujeito de emoções, valores e vínculos sociais.

Ademais, pesquisas em psicologia educacional apontam que o desenvolvimento de competências socioemocionais não apenas favorece a aprendizagem, mas funciona como fator protetivo contra o adoecimento mental. Goleman (2011) argumenta que indivíduos capazes de identificar, nomear e regular suas emoções tendem a construir relações mais saudáveis, desenvolver maior autonomia e alcançar desempenho acadêmico superior. Logo, a presença da alfabetização emocional no currículo não representa mera inovação metodológica, mas um investimento estrutural na saúde coletiva.

Também é preciso destacar que a saúde psíquica, compreendida como um direito social, só poderá ser garantida de maneira efetiva se a educação for assumida como espaço intersetorial de cuidado. A escola não deve se transformar em clínica, mas precisa incorporar práticas que dialoguem com a promoção do bem-estar. Isso inclui, por exemplo, a criação de projetos pedagógicos voltados ao autoconhecimento, à escuta ativa e à mediação de conflitos, permitindo que o ambiente escolar se configure como um espaço de acolhimento.

Portanto, discutir a alfabetização emocional na interface entre currículo e saúde psíquica significa romper com paradigmas tradicionais e assumir que o ato educativo envolve também a formação ética, sensível e relacional. Mais do que uma proposta pedagógica, trata-se de um compromisso político com a dignidade humana, que coloca a escola no centro de um projeto de sociedade menos adoecida, mais solidária e consciente de sua própria humanidade.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO INTEGRAL E EMOÇÕES

A concepção de educação integral nasce da necessidade de compreender o estudante como sujeito de múltiplas dimensões, cuja formação não pode restringir-se apenas ao domínio cognitivo. A escola que se limita à transmissão de conteúdos ignora que a aprendizagem é atravessada por aspectos afetivos, sociais e culturais que moldam a relação do sujeito com o saber. Ao reconhecer essa complexidade, a educação integral se apresenta como caminho pedagógico que busca harmonizar razão e emoção, superando o dualismo que, historicamente, marginalizou as experiências sensíveis no espaço escolar.

A literatura crítica sobre o tema reforça que reduzir a educação a um processo meramente instrucional significa desconsiderar a essência da condição humana. Nesse sentido, Paulo Freire (2019, p. 34) enfatiza que:

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Essa criação não pode ocorrer de maneira descomprometida ou distante, uma vez que implica no envolvimento crítico, reflexivo e participativo de educadores e educandos. Tais possibilidades não prescindem da emoção, do afeto, da curiosidade e do desejo, que se constituem como dimensões fundamentais da prática educativa libertadora. É nesse encontro entre razão e sensibilidade, diálogo e criticidade, que a educação se faz humanizadora, reafirmando o papel do professor como mediador do conhecimento e do estudante como sujeito ativo do processo de aprender e transformar o mundo.

Essa perspectiva mostra que a formação integral, ao articular o desenvolvimento cognitivo com a esfera emocional, assume um caráter emancipador, pois reconhece o estudante como ser de relações, sentimentos e historicidade.

No campo da psicologia educacional, diversas pesquisas têm evidenciado a interdependência entre desenvolvimento emocional e aprendizagem. A ausência de um olhar atento para as emoções no cotidiano escolar contribui para o aumento de dificuldades de concentração, queda no desempenho acadêmico e fragilidade nas interações sociais. Tal constatação sugere que as escolas precisam repensar suas práticas para que a dimensão afetiva não seja um aspecto marginal, mas eixo de sustentação do currículo.

É fundamental destacar que a educação integral não deve ser confundida com a simples ampliação da jornada escolar. Mais do que estender o tempo de permanência do aluno na escola, trata-se de assegurar experiências educativas que contemplem a totalidade do ser, incluindo o desenvolvimento ético, estético e emocional. Sacristán (2013, p. 45), ao refletir sobre a natureza do currículo, lembra que:



A função social do currículo não está apenas em ordenar conteúdos, mas em organizar experiências que moldam identidades, valores e sensibilidades. Essa função ultrapassa a ideia de neutralidade técnica, porque traduz projetos de sociedade e de ser humano que a escola decide assumir, consciente ou inconscientemente. Quando a instituição escolar negligencia essa dimensão formativa, reduz drasticamente sua potência pedagógica e enfraquece a capacidade de promover processos de humanização. O currículo, portanto, não é apenas um documento ou um instrumento regulador da prática, mas um território de disputas, escolhas e exclusões, que define o que se legitima como conhecimento e o que se silencia, interferindo diretamente na constituição dos sujeitos e na construção do comum.

Ao recuperar essa dimensão, a alfabetização emocional torna-se uma ferramenta indispensável da educação integral, pois permite ao estudante reconhecer e nomear suas emoções, compreender os sentimentos do outro e construir estratégias de convivência que favoreçam tanto a saúde psíquica quanto o exercício da cidadania.

A valorização das emoções no processo educativo também fortalece o vínculo entre educador e educando, instaurando uma relação pedagógica marcada pela confiança e pela escuta. Tal relação potencializa a aprendizagem porque cria um ambiente seguro, onde o erro pode ser ressignificado como parte do processo de crescimento. Nessa lógica, a educação integral não apenas amplia horizontes intelectuais, mas favorece a constituição de sujeitos críticos, sensíveis e resilientes, preparados para interagir de modo ético e solidário em uma sociedade cada vez mais complexa.

Em síntese, compreender a educação integral a partir da centralidade das emoções significa propor uma escola que se humaniza e que humaniza, pois coloca no mesmo plano o conhecimento, a sensibilidade e o cuidado. Trata-se de um paradigma que não apenas ensina a pensar, mas também a sentir e conviver, transformando o ato educativo em um processo integral de desenvolvimento da pessoa e de construção de coletividades mais saudáveis.

2.2 PSICOLOGIA E SAÚDE PSÍQUICA

A compreensão da saúde psíquica, no campo da psicologia, é resultado de uma longa trajetória de debates epistemológicos que transitam entre concepções biomédicas, sociais e culturais. Reduzi-la à ausência de doenças mentais seria incorrer em visão limitada, pois a saúde mental é expressão de um equilíbrio dinâmico entre fatores internos e externos, envolvendo dimensões emocionais, cognitivas e relacionais. A psicologia contemporânea reconhece que a forma como os sujeitos lidam com suas emoções e constroem vínculos sociais exerce impacto decisivo sobre seu bem-estar e sobre as condições de aprendizagem.

O desenvolvimento das habilidades socioemocionais, como autocontrole, empatia e resiliência, tem sido considerado pela psicologia como fator protetivo diante de situações de vulnerabilidade. Em estudos clássicos e recentes, verifica-se que tais competências funcionam como barreiras contra o adoecimento



psíquico e como ferramentas essenciais para a construção da autonomia e da autoestima. Daniel Goleman (2011, p. 97), ao discutir a relevância da inteligência emocional, sublinha que:

O êxito escolar e profissional não depende exclusivamente do quociente intelectual ou da memória lógica, mas da capacidade de reconhecer os próprios sentimentos, lidar com eles e perceber os sentimentos alheios. Em outras palavras, a educação das emoções é tão ou mais determinante para o futuro quanto a aquisição dos conteúdos formais. Essa competência emocional abrange a habilidade de controlar impulsos, motivar-se diante das dificuldades, cultivar empatia e estabelecer relações saudáveis, aspectos que definem com maior precisão o sucesso de uma vida do que apenas o domínio de informações acadêmicas. Nesse sentido, preparar os estudantes para compreender e administrar suas emoções revela-se tão essencial quanto ensinar-lhes qualquer disciplina, pois constitui a base para que desenvolvam resiliência, equilíbrio e capacidade de cooperação ao longo da vida.

Essa reflexão desloca a centralidade da discussão do campo restrito da clínica para o âmbito educacional, evidenciando que a escola, enquanto espaço de socialização e construção de identidades, tem papel fundamental na promoção da saúde psíquica coletiva.

Os transtornos mentais entre crianças e adolescentes vêm crescendo em escala mundial, segundo relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022). Depressão, ansiedade e distúrbios de comportamento estão entre os principais diagnósticos que comprometem o rendimento escolar e a inserção social. Essa realidade aponta para a necessidade de políticas públicas que articulem psicologia e educação, de modo a garantir que as instituições de ensino sejam não apenas ambientes de transmissão de saberes, mas territórios de cuidado e prevenção.

A teoria histórico-cultural também oferece contribuição importante para essa discussão. Vygotsky (2001, p. 120) argumenta que:

As emoções não podem ser compreendidas como fenômenos isolados ou meramente biológicos, pois se constituem historicamente na interação entre o sujeito e o meio em que vive. Elas não estão dissociadas da cognição, mas formam com ela uma unidade indissociável que orienta a maneira como o ser humano pensa, sente e age em sociedade. A escola, nesse contexto, deve ser entendida como um espaço de mediação privilegiado, no qual se forjam processos psíquicos superiores que unem razão e afeto, permitindo que o indivíduo desenvolva consciência crítica e capacidade de transformar a realidade. Reconhecer essa dimensão implica admitir que a aprendizagem é sempre atravessada pela vida emocional, e que ignorar tal aspecto significa limitar a própria potência humanizadora da educação.

Tal perspectiva indica que a saúde psíquica não é apenas responsabilidade individual, mas resultado de práticas coletivas que favorecem ou inibem o desenvolvimento emocional. Assim, inserir a alfabetização emocional no currículo escolar implica assumir uma concepção ampliada de saúde, que vai além da intervenção clínica, envolvendo a promoção de ambientes educativos saudáveis, democráticos e empáticos.

Outro ponto relevante é que a psicologia educacional tem demonstrado que o fortalecimento da saúde psíquica dos alunos também depende da saúde mental dos professores. O estresse docente, marcado



por sobrecarga de trabalho e falta de apoio institucional, compromete tanto o desempenho profissional quanto o clima escolar. Desse modo, uma proposta de alfabetização emocional deve contemplar não apenas os discentes, mas também os educadores, criando práticas de autocuidado e escuta coletiva que se desdobram em efeitos positivos para toda a comunidade escolar.

A intersecção entre psicologia e educação, portanto, amplia a compreensão de que a saúde psíquica é condição indispensável para o exercício pleno da cidadania. A alfabetização emocional, enquanto prática pedagógica, possibilita o desenvolvimento de competências essenciais para que crianças e jovens aprendam a reconhecer suas emoções, enfrentar adversidades e estabelecer relações respeitadas. Mais do que estratégia didática, ela constitui uma política de cuidado que coloca a escola como agente central na construção de sociedades menos adoecidas e mais solidárias.

2.3 CURRÍCULO ESCOLAR E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

O currículo, entendido em sua dimensão social e política, ultrapassa a ideia reducionista de simples lista de conteúdos a serem transmitidos e avaliados. Ele expressa valores, escolhas e disputas, refletindo projetos de sociedade que se pretendem consolidar por meio da escola. Nesse sentido, inovar pedagogicamente implica revisitar a noção de currículo, problematizando as formas tradicionais de organizar o saber e ampliando o espaço para dimensões antes marginalizadas, como a afetividade e as emoções.

As transformações sociais, culturais e tecnológicas do século XXI têm exigido que a escola assuma um papel mais dinâmico, capaz de dialogar com os desafios contemporâneos e, ao mesmo tempo, formar sujeitos críticos e resilientes. A inovação pedagógica não pode ser compreendida apenas como adoção de recursos digitais ou novas metodologias ativas, mas como reinvenção do próprio sentido de ensinar e aprender. Como afirma Sacristán (2013, p. 21):

O currículo não é um objeto neutro, técnico e acabado; é, sobretudo, um campo de disputas em que se definem quais saberes são legitimados e quais experiências são silenciadas ao longo da história escolar. Sua construção reflete escolhas políticas, culturais e éticas que determinam quais vozes são incluídas e quais permanecem invisíveis. Inovar curricularmente significa romper com essa tradição excludente e abrir espaço para novas formas de conhecimento, valorizando perspectivas antes marginalizadas, como as emoções, a diversidade cultural e os saberes comunitários. Dessa maneira, o currículo deixa de ser apenas um documento normativo e se converte em instrumento de transformação social, orientando a prática pedagógica para a construção de uma escola mais democrática, plural e humanizadora.

Essa visão deixa evidente que a alfabetização emocional, ao integrar-se ao currículo, representa uma ruptura com modelos tradicionais que privilegiaram a racionalidade em detrimento da sensibilidade. Incorporar as emoções ao processo pedagógico é ampliar a função da escola, convertendo-a em ambiente de formação integral, onde o conhecimento se articula à saúde psíquica, à ética e à convivência solidária.



A emergência de práticas inovadoras desafia as escolas a reorganizar tempos, espaços e metodologias, de modo que os alunos tenham oportunidades reais de vivenciar a aprendizagem como experiência significativa. Não se trata apenas de acrescentar novos componentes, mas de ressignificar a estrutura curricular para que seja capaz de dialogar com a diversidade cultural, com os direitos humanos e com a promoção da vida saudável.

Ao mesmo tempo, a inovação pedagógica pressupõe um movimento de valorização da escuta e do diálogo como dimensões curriculares. Essa perspectiva encontra respaldo na pedagogia freireana, segundo a qual o ato educativo é um encontro entre sujeitos que se reconhecem e se transformam mutuamente. Freire (2019, p. 69) reforça essa compreensão ao afirmar:

Ensinar exige a coragem de lutar pela autonomia do ser educando, pela sua capacidade de intervir no mundo e de transformar a realidade em que está inserido. Esse processo não pode ser reduzido à mera transmissão de conteúdos, pois pressupõe o exercício permanente da escuta sensível, do respeito profundo ao outro e da abertura ao diálogo como práticas pedagógicas fundamentais. Implica, igualmente, o cultivo da esperança como categoria indispensável para a educação humanizadora, uma vez que educar é sempre um ato de acreditar na possibilidade de mudança e de emancipação. Nesse horizonte, o trabalho docente se consolida como prática ética e política, comprometida com a dignidade dos educandos e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Dentro dessa lógica, a alfabetização emocional inscreve-se como dimensão de inovação curricular porque rompe com a fragmentação do ensino e propõe um diálogo permanente entre razão e emoção. Isso significa criar condições para que os estudantes aprendam a nomear seus sentimentos, regular suas reações e construir vínculos sociais mais saudáveis, aspectos que repercutem diretamente no desempenho escolar e na saúde coletiva.

Portanto, pensar o currículo escolar a partir da inovação pedagógica é assumir que não existe neutralidade no processo educativo. Cada escolha curricular carrega consigo intencionalidades e silenciamentos. Ao inserir a alfabetização emocional como eixo central, a escola reafirma sua função de espaço de humanização, resistência e promoção da saúde psíquica, contribuindo para formar cidadãos críticos, éticos e capazes de enfrentar os desafios de uma sociedade em constante transformação.

3 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica de produções científicas que discutem a alfabetização emocional, o currículo escolar e a promoção da saúde psíquica. A escolha por esse caminho metodológico justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno em sua complexidade, privilegiando a interpretação e a reflexão sobre discursos já consolidados na literatura acadêmica, mas que ainda carecem de articulação interdisciplinar. Ao trabalhar



com a perspectiva qualitativa, o foco desloca-se do levantamento estatístico para a construção de significados, permitindo uma leitura mais aprofundada sobre a relação entre educação e emoções.

A pesquisa bibliográfica foi estruturada a partir da seleção de obras de referência nas áreas de educação, psicologia e saúde pública, considerando autores clássicos e contemporâneos. Tal procedimento garantiu a diversidade de visões teóricas e possibilitou a elaboração de um diálogo crítico entre diferentes perspectivas. Não se buscou apenas compilar informações, mas estabelecer conexões que iluminassem a centralidade da alfabetização emocional como eixo inovador do currículo. Nesse sentido, o estudo bibliográfico torna-se também um exercício interpretativo, em que as fontes consultadas não são tomadas como verdades acabadas, mas como provocações que contribuem para a construção de uma visão crítica e humanizadora do tema.

A opção metodológica por trabalhar com análises de caráter documental responde à compreensão de que o objeto investigado — a alfabetização emocional no currículo escolar — não se esgota em dados empíricos isolados, mas exige uma reflexão que articule fundamentos teóricos, políticas educacionais e experiências pedagógicas já relatadas. Como lembra Severino (2017, p. 122):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do levantamento de referências teóricas já publicadas, em livros, artigos, dissertações e teses, permitindo ao pesquisador um contato direto com o acúmulo de saberes produzidos ao longo da história. Esse tipo de investigação não se limita à simples reprodução do que foi escrito, mas implica a reelaboração crítica dessas contribuições, de modo a estabelecer articulações, contrapontos e sínteses que iluminam novas perspectivas sobre o objeto de estudo. Trata-se de um exercício intelectual que possibilita compreender a diversidade de abordagens, reconhecer lacunas, identificar convergências e propor caminhos inovadores. Assim, o pesquisador transforma o diálogo com as fontes em processo ativo de construção do conhecimento, integrando diferentes visões para fundamentar uma reflexão própria e rigorosa.

A análise dos materiais selecionados foi guiada pelo princípio da interdisciplinaridade, reconhecendo que a discussão sobre alfabetização emocional exige diálogo entre campos distintos do saber. Assim, obras do campo da educação foram cotejadas com produções da psicologia e da saúde, garantindo um olhar plural e abrangente. Esse cruzamento de perspectivas buscou evidenciar que o currículo escolar não pode ser tratado de forma fragmentada, mas deve articular dimensões cognitivas, afetivas e sociais, ampliando sua função para além da instrução formal.

A metodologia, portanto, não se restringiu ao levantamento de referências, mas assumiu o compromisso de interpretar criticamente os textos, identificar lacunas e apontar possibilidades de inovação pedagógica. Trata-se de um processo investigativo que compreende o ato de pesquisar como construção de sentidos, em que cada referência analisada contribui para o fortalecimento de uma proposta teórica que reconhece a alfabetização emocional como prática essencial à promoção da saúde psíquica e à humanização da educação escolar.



4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL COMO PRÁTICA CURRICULAR

A presença da alfabetização emocional no currículo escolar não pode ser reduzida a uma iniciativa complementar, destinada a atividades esporádicas ou extracurriculares. Pelo contrário, ela deve ser compreendida como parte estruturante da prática pedagógica, com potencial para ressignificar o próprio conceito de ensino-aprendizagem. Quando inserida no planejamento curricular, a educação das emoções deixa de ser um recurso isolado e assume o papel de eixo transversal, dialogando com todas as áreas do conhecimento e impactando de maneira direta a formação integral dos estudantes.

Ao considerar as emoções como dimensão constitutiva do processo educativo, rompe-se com a tradição que privilegiou o cognitivo em detrimento da sensibilidade. A prática curricular voltada à alfabetização emocional favorece o desenvolvimento de competências socioafetivas, como empatia, autorregulação, resiliência e cooperação. Tais habilidades, por sua vez, não apenas contribuem para a saúde psíquica individual, mas fortalecem a convivência coletiva no espaço escolar. Nessa perspectiva, Goleman (2011, p. 97) observa que:

As aptidões emocionais são tão determinantes quanto as cognitivas para a trajetória de vida dos indivíduos. O êxito escolar e profissional, portanto, não depende exclusivamente do quociente intelectual ou da memória lógica, mas sobretudo da capacidade de reconhecer os próprios sentimentos, de aprender a lidar com eles de forma equilibrada e de perceber, com empatia, os sentimentos alheios. Quando um aluno desenvolve tais competências, ele adquire melhores condições de aprender de maneira significativa, de estabelecer relações interpessoais respeitadas e de encontrar soluções criativas para os desafios cotidianos. Nesse sentido, a educação das emoções revela-se tão ou até mais decisiva para o futuro do que a simples aquisição de conteúdos formais, pois prepara os sujeitos para enfrentar a vida em sua complexidade, cultivando resiliência, cooperação e bem-estar coletivo.

A incorporação da alfabetização emocional ao currículo exige que os professores adotem novas metodologias e que a escola promova um ambiente de acolhimento. Isso implica reorganizar tempos e espaços pedagógicos, criando oportunidades para que os alunos expressem suas emoções, compartilhem experiências e desenvolvam a escuta sensível. A dimensão curricular, nesse sentido, deve ser compreendida não como imposição de conteúdos, mas como organização de experiências formativas que considerem a subjetividade como elemento central da aprendizagem.

Outro ponto relevante é que a alfabetização emocional, quando legitimada no currículo, rompe com a lógica da fragmentação do conhecimento e amplia a função social da escola. Ela coloca em evidência que a formação do sujeito não é apenas intelectual, mas envolve também a constituição ética e afetiva. Como ressalta Morin (2000, p. 43):



A educação deve promover a compreensão como condição essencial e como garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. Essa compreensão não pode limitar-se ao campo racional, pois exige também que sejamos capazes de compreender a nós mesmos em nossas contradições e fragilidades, compreender os outros em suas diferenças e diversidades e, ao mesmo tempo, situar-nos no mundo de maneira empática, crítica e responsável. É nesse exercício constante de reconhecer a alteridade e de dialogar com a complexidade do humano que a educação se afirma como prática de solidariedade, prevenindo o isolamento, superando preconceitos e reforçando os laços de pertencimento coletivo. Tal perspectiva aponta para a urgência de um ensino que articule razão e emoção, ciência e ética, preparando o sujeito para viver e conviver em uma sociedade cada vez mais plural e interdependente.

A prática curricular orientada pela alfabetização emocional, portanto, não é um luxo ou modismo pedagógico, mas uma necessidade urgente diante do aumento de problemas relacionados à saúde mental entre crianças e adolescentes. Depressão, ansiedade e situações de violência escolar podem ser prevenidas ou mitigadas por meio de estratégias educativas que ensinem os alunos a reconhecer, nomear e lidar com suas emoções. Dessa forma, o currículo passa a assumir uma função terapêutica no sentido amplo, não substituindo os profissionais de saúde, mas atuando como instância de promoção do bem-estar.

Ao reposicionar a alfabetização emocional no centro da prática curricular, a escola fortalece seu papel como espaço de humanização e cidadania. Não se trata apenas de formar estudantes aptos a memorizar conteúdos, mas de preparar sujeitos capazes de conviver em sociedade, enfrentar adversidades e agir de maneira ética e solidária. A prática pedagógica, nesse contexto, adquire uma dimensão transformadora, pois coloca em diálogo o conhecimento, a emoção e a vida, consolidando a escola como território de cuidado e de emancipação.

4.2 SAÚDE PSÍQUICA COMO DIREITO EDUCACIONAL

A saúde psíquica, compreendida em sua dimensão ampliada, ultrapassa a esfera clínica e deve ser reconhecida como parte constitutiva do direito à educação. A escola, enquanto instituição social, tem a obrigação de garantir não apenas o acesso ao conhecimento, mas também condições que favoreçam o equilíbrio emocional e a dignidade dos sujeitos que nela convivem. O processo de aprendizagem é profundamente afetado por fatores emocionais; dessa forma, assegurar a saúde mental de crianças e adolescentes equivale a promover a igualdade de oportunidades e a justiça educacional.

Ao inserir a saúde psíquica no horizonte dos direitos educacionais, desloca-se a ideia de que o bem-estar emocional é responsabilidade exclusiva do indivíduo. O reconhecimento de sua dimensão coletiva implica admitir que o ambiente escolar, suas práticas pedagógicas e suas relações de poder podem adoecer ou fortalecer os estudantes. Tal perspectiva exige que o currículo escolar seja reorganizado para contemplar estratégias de promoção da saúde, criando um espaço pedagógico que seja, ao mesmo tempo, de aprendizagem e de cuidado. Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece, em seu artigo 205, que:



A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. Esse direito fundamental deve assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, garantindo a formação integral do indivíduo, não apenas na dimensão técnica, mas também no cultivo de valores éticos, sociais e culturais que orientem a vida em sociedade. Dessa forma, a educação afirma-se como instrumento de dignidade humana, de inclusão social e de emancipação, constituindo-se em um dos pilares centrais da democracia brasileira.

O texto constitucional demonstra que o direito à educação não se reduz à aquisição de saberes instrumentais, mas envolve a formação integral do sujeito. Logo, não se pode pensar em pleno desenvolvimento sem considerar a saúde psíquica como dimensão essencial do processo formativo.

Estudos em psicologia educacional reforçam que a negação desse direito gera impactos severos no desempenho escolar, nas relações sociais e na inserção comunitária. Crianças e jovens submetidos a contextos de estresse contínuo, violência ou negligência emocional apresentam maior propensão a desenvolver transtornos mentais que comprometem seu percurso educacional. A escola, nesse cenário, deve assumir uma função preventiva, criando ambientes de confiança e pertencimento que possibilitem a construção de identidades seguras e resilientes.

A efetivação desse direito passa também pela valorização da escuta no espaço escolar. Quando o aluno é reconhecido em sua subjetividade e tem suas emoções legitimadas, a experiência educacional torna-se mais significativa e transformadora. Paulo Freire (2019, p. 67) ressalta, em perspectiva humanizadora, que:

Não é possível a prática educativa sem o exercício permanente da escuta. Escutar é muito mais do que simplesmente ouvir palavras; significa estar aberto ao outro em sua inteireza, reconhecer sua presença, suas angústias, seus sonhos, suas dúvidas e suas esperanças. Esse gesto de abertura não é acessório, mas parte integrante do ato de ensinar e aprender, pois apenas na escuta atenta e respeitosa se estabelece o verdadeiro diálogo. O educador, ao cultivar essa postura, cria as condições necessárias para que a relação pedagógica se torne um processo de comunhão, em que ensinar e aprender são movimentos indissociáveis. É nesse espaço de troca humana e crítica que a educação se constitui como prática libertadora, profundamente ética e humanizadora.

A alfabetização emocional, nesse contexto, configura-se como ferramenta indispensável para a concretização da saúde psíquica como direito educacional. Ao ensinar os alunos a identificar, nomear e gerir suas emoções, a escola promove não apenas o sucesso acadêmico, mas também a equidade social, pois contribui para reduzir desigualdades e combater processos de exclusão. O direito à saúde psíquica, incorporado ao currículo, rompe com a fragmentação histórica entre instrução e cuidado, consolidando uma visão de educação comprometida com a dignidade humana e com a construção de uma sociedade menos adoecida.



4.3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A inserção da alfabetização emocional no currículo escolar encontra, inevitavelmente, obstáculos que revelam as contradições do próprio sistema educacional. Entre os principais desafios, destaca-se a formação docente, uma vez que muitos professores não tiveram acesso, em sua trajetória acadêmica, a conteúdos que abordassem a dimensão emocional como parte constitutiva da prática pedagógica. A ausência de preparo específico conduz a inseguranças, receios e resistências, dificultando a implementação de projetos que integrem o cuidado psíquico à rotina escolar.

Outro entrave recorrente refere-se às condições estruturais das escolas públicas brasileiras. A precariedade de recursos materiais, a superlotação de salas de aula e a sobrecarga de trabalho docente criam um ambiente hostil à inovação pedagógica. Tais fatores tendem a reforçar práticas tradicionais centradas na memorização e no controle disciplinar, reduzindo as oportunidades de experimentação de metodologias voltadas à alfabetização emocional. Nesse ponto, Mantoan (2015, p. 34) observa que:

A escola que insiste em repetir velhos modelos, desconsiderando as singularidades dos sujeitos, torna-se inevitavelmente um espaço de exclusão e de silenciamento. Esse modelo de instituição não dialoga com as diferenças, ignora a diversidade de trajetórias e perpetua práticas que marginalizam os que não se enquadram em padrões pré-estabelecidos. É urgente, portanto, reinventar o cotidiano pedagógico, rompendo com estruturas rígidas e incorporando práticas que favoreçam a participação ativa de todos os estudantes, a escuta das vozes historicamente silenciadas e a valorização da pluralidade de experiências. Somente por meio dessa reinvenção a escola poderá se consolidar como espaço democrático, inclusivo e humanizador, capaz de responder às demandas complexas da contemporaneidade.

Ainda assim, os desafios não anulam as possibilidades. Pelo contrário, abrem brechas para o surgimento de alternativas que podem ressignificar o currículo. Uma delas está no investimento em políticas públicas de formação continuada, capazes de oferecer aos professores subsídios teóricos e práticos para lidar com as emoções em sala de aula. Programas interdisciplinares, articulando educação, psicologia e saúde, podem potencializar o alcance de propostas inovadoras, transformando a alfabetização emocional em prática efetiva e não apenas em discurso.

As possibilidades também se ampliam na medida em que a escola reconhece o valor do diálogo e da cooperação. Projetos pedagógicos que envolvem família e comunidade revelam-se fundamentais, pois demonstram que a responsabilidade pelo cuidado com a saúde psíquica não pode ser restrita ao espaço escolar. A corresponsabilidade entre diferentes atores sociais favorece a construção de um ambiente mais saudável e inclusivo, no qual as emoções são legitimadas como parte da vida e da aprendizagem.

Por outro lado, a integração da alfabetização emocional ao currículo abre espaço para metodologias criativas e interdisciplinares. A literatura, a música, o teatro e as artes visuais constituem caminhos privilegiados para o desenvolvimento da sensibilidade e da empatia. Ao dialogar com tais linguagens, a



escola promove experiências formativas mais significativas, nas quais razão e emoção se encontram de maneira harmônica. Como afirma Morin (2000, p. 56):

A educação deve ensinar a condição humana em sua plenitude, articulando razão e emoção, ciência e arte, objetividade e subjetividade como dimensões inseparáveis da experiência. Não se trata de acrescentar fragmentos isolados ao conhecimento já existente, mas de tecer conexões que permitam compreender, de forma integrada, a complexidade da vida. Esse desafio exige ultrapassar a fragmentação disciplinar e propor uma visão de conjunto, em que o humano é pensado em sua totalidade, com suas contradições, limites e possibilidades. Educar, nesse horizonte, é preparar o sujeito para compreender-se a si mesmo, compreender os outros e situar-se no mundo de maneira ética e responsável, construindo solidariedade e consciência diante da diversidade e da interdependência que marcam a sociedade contemporânea.

Portanto, se por um lado a realidade educacional brasileira revela dificuldades históricas, por outro mostra que é possível construir caminhos inovadores que fortaleçam a relação entre currículo e saúde psíquica. A alfabetização emocional, quando assumida como prática curricular, apresenta-se não apenas como possibilidade pedagógica, mas como horizonte ético-político que reafirma a centralidade da educação como espaço de humanização, cidadania e emancipação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender a alfabetização emocional como um eixo fundamental para a integração entre currículo escolar e promoção da saúde psíquica. O tema, desde o início, foi delineado a partir da necessidade de se reconhecer a escola como espaço que transcende a função de transmitir conteúdos, assumindo a tarefa de formar sujeitos em sua totalidade, articulando dimensões cognitivas, éticas e afetivas.

O objetivo central consistiu em examinar de que maneira a alfabetização emocional pode deixar de ocupar um lugar periférico para assumir a centralidade de um projeto pedagógico humanizador. A discussão mostrou que a presença sistemática de práticas voltadas ao desenvolvimento das competências emocionais não é um adendo, mas uma condição para que a educação cumpra sua função social de promover dignidade, cidadania e bem-estar coletivo.

Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e da análise crítica de referenciais teóricos evidenciam que o investimento na alfabetização emocional repercute diretamente no fortalecimento da saúde psíquica dos estudantes, na prevenção de problemas relacionados à ansiedade, depressão e violência escolar, bem como na construção de vínculos sociais mais sólidos e respeitosos. O estudo demonstrou ainda que os maiores desafios encontram-se na formação docente, nas limitações estruturais das instituições e na necessidade de políticas públicas que deem sustentação a tais práticas.

As contribuições deste trabalho situam-se, sobretudo, no campo da reflexão pedagógica e na defesa de um currículo capaz de incorporar dimensões afetivas como parte constitutiva do processo formativo. A



alfabetização emocional, nesse sentido, apresenta-se como possibilidade real de ressignificação da prática educativa, tornando a escola não apenas um lugar de instrução, mas também de cuidado, escuta e transformação social.

Embora não se tenha trabalhado com dados empíricos, a hipótese que norteou esta pesquisa — a de que a alfabetização emocional é uma ponte entre currículo e saúde psíquica — mostrou-se válida, na medida em que os argumentos teóricos analisados reforçam sua pertinência e urgência. Ao ser incorporada de forma consistente às práticas pedagógicas, ela potencializa o currículo como espaço de humanização e emancipação.

De maneira concisa e objetiva, conclui-se que a alfabetização emocional não deve ser tratada como tendência passageira, mas como exigência pedagógica que responde às demandas do tempo presente. Futuros estudos poderão aprofundar a investigação a partir de experiências empíricas em diferentes contextos escolares, analisando os impactos concretos da inserção sistemática dessa abordagem na vida dos estudantes, dos professores e da comunidade escolar.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 3. ed. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de saúde mental: transformar a saúde mental para todos**. Genebra: OMS, 2022.
- SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.